

# Constituição será avançada no campo dos direitos individuais

Franklin Martins

BRASÍLIA — A tesoura do *Centrão*, tão temida pela liderança do PMDB e a esquerda, até agora funcionou pouco na votação em plenário da nova Constituição. A esmagadora maioria dos dispositivos aprovados é praticamente igual ao texto produzido pela Comissão de Sistematização e, pelo menos em matéria de direitos individuais e coletivos do cidadão, os brasileiros poderão se orgulhar de ter uma das Constituições mais avançadas do mundo.

Promulgada a nova Carta, nenhum policial poderá meter o pé na porta de um barraco e invadi-lo, o SNI terá de parar de *grampear* telefones, a censura acabará e os bancos não tomarão mais a terra de pequenos proprietários endividados. Em vez do tradicional "teje preso", o agente policial, ao deter um cidadão, terá de identificar-se e informá-lo de seus direitos, inclusive o de manter-se calado, comunicando imediatamente a prisão à família do preso e ao juiz. Para defender-se contra transgressões desses preceitos constitucionais, os cidadãos contarão com novos instrumentos para fazer respeitar a Constituição: o mandado de injunção e a ação de inconstitucionalidade.

**Sensibilidade** — "Tirando o dispositivo que igualou o direito à vida ao de propriedade e o parágrafo que colocou em pé de igualdade os crimes de tortura e de terrorismo, assino em baixo do resto", comentou o deputado José Genoíno (PT-SP), um dos mais ativos parlamentares de esquerda. "Estamos mostrando que somos abertos à negociação e sensíveis ao diálogo", explicou um dos líderes do *Centrão*, Ricardo Fiúza (PFL-PE).

A verdade é que em 22 dos 37 parágrafos aprovados no capítulo dos direitos do cidadão ficou intacto o texto da Sistematização. Em outros oito, houve ligeiras mudanças de redação. Em cinco, ocorreram acordos que tornaram a formulação mais avançada que a da comissão. Apenas nos dois itens criticados por Genoíno, o ponto de vista do *Centrão* prevaleceu sobre o das correntes de centro-esquerda.

Nos 23 parágrafos restantes desse capítulo, que serão votados até o meio da semana, essa proporção não mudará substancialmente. Em 21 deles, há acordo no essencial. Em outro, sobre o mandado de segurança coletivo, ainda não foram encerradas as negociações. Apenas um ponto — o que regula os limites do direito de propriedade — deverá ser resolvido no voto.

Entre outros, esses são os principais direitos do cidadão pela nova Constituição:

**Liberdades** — É livre a manifestação do pensamento, assegurando-se o direito de resposta em caso de agravo. O sigilo da fonte jornalística fica garantido. Todos podem reunir-se livremente, sem armas, em locais públicos, sem necessidade de licença das autoridades, a não ser que outra reunião esteja convocada para a mesma hora e local. É plena a liberdade de associação, sendo vedada a interferência do Estado nas entidades.

**Domicílio inviolável** — A inviolabilidade de sua casa é um direito do cidadão. Ninguém pode cruzar a porta da casa sem autorização do morador, mesmo sendo uma autoridade, salvo em caso de flagrante delito, para prestar socorro ou por determinação judicial (nessa hipótese, apenas de dia, nunca à noite). A polícia, portanto, terá de agir civilizadamente durante as batidas nas favelas.

**Sigilo das comunicações** — É proibida a violação de correspondência e de comunicações telefônicas, de dados e telefônicas. A

escuta telefônica, excepcionalmente, poderá ser autorizada por ordem judicial, apenas para efeito de investigação criminal. *Grampear* telefones é crime.

**Fim da censura** — É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicações. O governo não definirá o que os brasileiros podem e não podem ler, ver e ouvir no rádio, televisão, teatro, cinema e jornais. O novo texto ainda ampliou os direitos autorais, garantindo a participação de atores, jornalistas, radialistas e desportistas nos frutos econômicos da reprodução de seu trabalho.

**Limites da polícia** — A polícia só pode prender um cidadão em flagrante delito ou com ordem judicial escrita e fundamentada de autoridade judiciária. No ato de prisão, o cidadão será informado de seus direitos, inclusive o de não falar e receber assistência de advogado. A prisão será informada imediatamente à família do preso e ao juiz. O policial estará obrigado a se identificar diante do preso, que deverá receber tratamento humano. A tortura é considerada crime inafiançável e insuscetível de anistia. Provas obtidas por meios ilícitos não terão valor. Cidadãos que possuam carteira de identidade não serão identificados criminalmente — ou seja, não precisarão passar pela humilhação de *tocar piano* nas delegacias policiais.

**Limites das penas** — Não haverá pena de morte (a não ser em caso de guerra), prisão perpétua, trabalhos forçados ou de banimento. Não haverá prisão por dívida, salvo nos casos de inadimplência de pensão alimentícia ou de depositário infiel. O preso terá sua integridade física e moral respeitada e cumprirá a pena em estabelecimento adequado. As mães presidiárias terão direito a permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. O preso condenado por erro judiciário ou que não seja posto em liberdade após o fim de sua pena receberá indenização do Estado.

**Asilo** — O estrangeiro terá direito a asilo político no Brasil e não será concedida extradição por crime político ou de opinião. Brasileiros natos ou naturalizados só serão extraditados se estiverem comprovadamente envolvidos no tráfico internacional de drogas entorpecentes.

**Impenhorabilidade** — O pequeno proprietário rural, que trabalhe junto com sua família uma área inferior a 25 hectares, não poderá perdê-la por penhora para pagamento de suas dívidas junto aos bancos.

**Igualdade Racial** — O racismo passa a ser considerado crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão.

**Habeas data** — O cidadão poderá conhecer todas as informações e referências a sua pessoa em bancos de dados oficiais ou particulares e pedir a retificação desses dados. Qualquer brasileiro poderá, portanto, saber qual é sua ficha no SNI.

**Mandato de injunção** — Além do habeas corpus contra abuso do poder e do mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, já existentes, o brasileiro terá outro instrumento em sua defesa: o mandado de injunção. É uma novidade para obrigar o respeito à Constituição. Sempre que, por falta de norma regulamentadora, um preceito constitucional não possa ser exercido, cabe o mandado de injunção. Outra novidade é a ação de inconstitucionalidade, nos casos de atos e omissões que infringem dispositivos constitucionais.

## Dissidente mostra documento a Covas

O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) que, há dois dias, comanda um movimento para tirar 50 a 60 parlamentares do *Centrão* e devolvê-los à liderança de Mário Covas, mostrou ontem ao líder da bancada pemedebista o esboço do documento com que pretende formalizar essa dissidência. O texto fala sobretudo da necessidade de o PMDB se reaglutinar em torno do líder para que a Constituição a ser promulgada reflita de fato os anseios da maioria do povo brasileiro.

"Eu expliquei ao Covas que há uma grande disposição dessas pessoas em abandonar o *Centrão*, mas a dissidência só pode ser formalizada depois que eu recolher as assinaturas", contou ontem o deputado, depois de conversar meia hora com o líder. A resposta de Covas a essa primeira dissidência de peso dentro do *Centrão* foi um largo sorriso. O líder disse que essa é mais uma possibilidade que surge para desmontar a maioria do *Centrão* e propiciar mais coesão ao PMDB.

**Crença** — A iniciativa de Ubiratan Aguiar se ampara no entendimento de que nenhum agrupamento suprapartidário sobrevive por muito tempo, por conta das diversas ideologias concebidas por cada integrante. Convencido de que a maioria reunida pelo *Centrão* viabilizou apenas "um momento da Constituinte", ele começou a contatar outros parlamentares insatisfeitos e, hoje, está convencido de que pessoas como Arnaldo Moraes (SP), Luís Soyer (GO), Naphtali Alves (GO) e Geraldo Fleming (AC) trarão significativos grupos de volta para a liderança de Mário Covas.

## Campanha do PFL leva Aureliano e Maciel à TV

BRASÍLIA — Os principais líderes do PFL, Aureliano Chaves e Marco Maciel, começam a aparecer no vídeo a partir de amanhã com uma campanha nacional de convocação do partido para as convenções municipais que lançarão os candidatos pefelistas às eleições de prefeito e vereador. Como os dois estão empenhados numa outra campanha, esta para a Constituinte aprovar o regime presidencialista de governo, a promoção vai funcionar como uma apresentação de candidaturas, já que Aureliano é o virtual aspirante do partido à sucessão do presidente Sarney.

O ministro nega que esteja se lançando candidato e até argumenta que não poderia fazer isso antes da Constituinte fixar o mandato do presidente da República. Ele antecipa também que só será candidato se o regime aprovado for o presidencialista, pois não concorda com a divisão do poder entre um chefe de governo e um de estado. Quanto ao mandato presidencial, o ministro insiste em que aquele que for fixado para os futuros presidentes da República dever ser dado também a Sarney.

A campanha a ser divulgada, a partir de amanhã, dura trinta segundos e começa com o senador Marco Maciel sentenciando: "Um partido vence com candidatos fortes. O candidato é forte quando é bem escolhido. A eleição começa dentro do seu diretório. Construa seu partido". Em seguida, entrará o ministro Aureliano Chaves, conclamando os filiados ao PFL a participarem da escolha dos seus candidatos a prefeito e a vereador, mas a direção do partido ainda não divulgou esse texto.

Simultaneamente ao lançamento da campanha, o presidente da legenda, Marco Maciel, se reúne às 11h00 de amanhã com parlamentares do PDT, PT e PMDB favoráveis à manutenção do sistema presidencialista no texto da Constituição. Convencido de que os presidencialistas são maioria na Constituinte, Maciel acha que os parlamentaristas só venceram no plenário da Comissão de Sistematização porque divulgam melhor as qualidades do regime de gabinete. Nessa reunião, os presidencialistas vão estabelecer uma nova estratégia de divulgação.

## Ritmo da Constituinte agrada Ulysses

Presidente interino anuncia sessões aos sábados e domingos

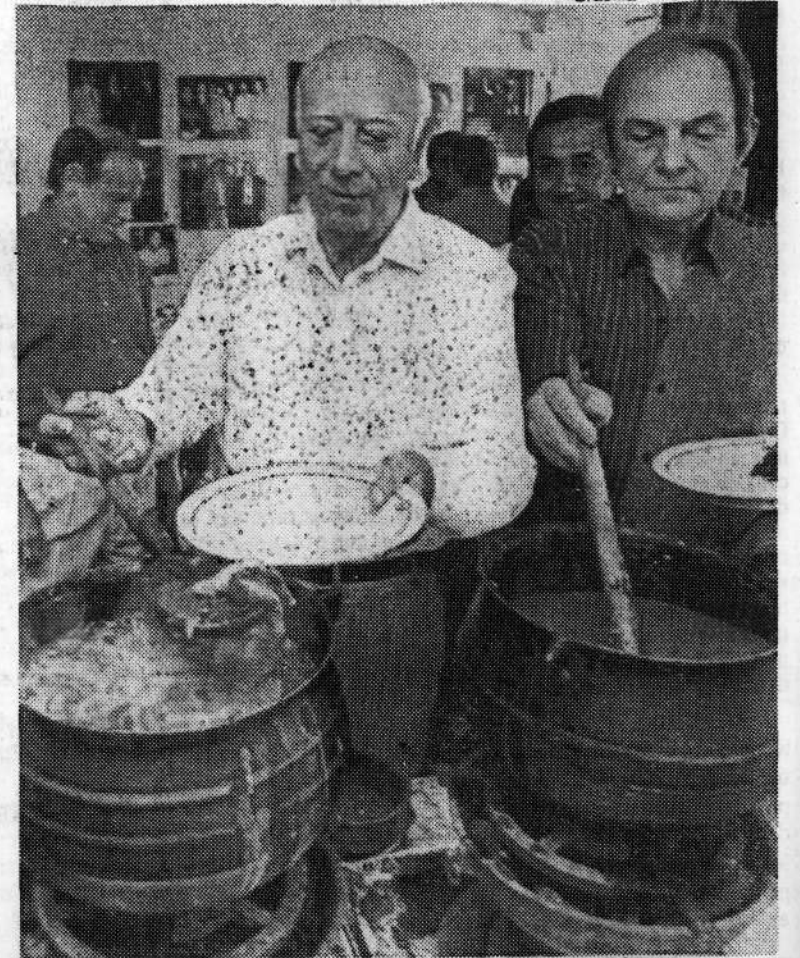
Brasília — José Varella

BRASÍLIA — Com muito bom humor e acompanhado do deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), o presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, deixou sua residência para participar de um almoço. "Vou comer uma feijoada com cachaça, mas isso não representa abandono à turma do *poire*", brincou antes de almoçar, junto com o ministro da Cultura, Celso Furtado, e os deputados Bernardo Cabral (PMDB-AM), Heraclito Fortes (PMDB-PI), Adolfo de Oliveira (PL-RJ) e Nelson Jobim (PMDB-RS).

O presidente interino, que também acumula os cargos de presidente da Constituinte, Câmara dos deputados e do PMDB, chegou a se classificar como "constituinte feijão com arroz, como a política econômica do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega". Mas fez uma ressalva: "A Constituinte feijão com arroz está dando certo e torço para que a política do Mailson também dê certo."

Ulysses disse que vai acelerar os trabalhos da Constituinte e que, depois do carnaval, as sessões ocorrerão também aos sábados e domingos. afirmou que está próximo um acordo em torno da questão da estabilidade no emprego e que, após a votação do sistema de governo e do período de mandato para os sucessores do Sarney, "as coisas vão clarear". Ele já sabe no entanto que são grandes as resistências opostas por parlamentares, que não admitem passar o fim de semana em Brasília.

Mais uma vez, Ulysses preferiu não definir seu apoio ao mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. Informado por um repórter que alguns



Cabral (D) e Ulysses: o prazer de se servir

políticos de Brasília estavam criando uma bolsa de apostas em torno de sua indefinição, ele limitou-se a indagar do repórter: "O senhor vai participar da aposta?"

Ulysses decidiu, após contato telefônico com o prefeito Paulo Rattes, viajar ainda hoje, para Petrópolis, cidade que viveu na última sexta-feira a pior enchente dos últimos anos. Antes de

comer uma feijoada regada a cachaça, num hotel de Brasília, ele convocou auxiliares do governo para ajudar as vítimas da enchente e, ontem mesmo, acionou o ministro do Interior, João Alves, e do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Logo após almoço no clube do Congresso, em Brasília, Ulysses tomará um avião que o levará a Petrópolis.

**Negativa** — A Secretaria de Comunicação Social do Palácio Guanabara distribuiu nota oficial para negar que o governador Moreira Franco tenha convidado o ex-ministro Raphael de Almeida Magalhães para ocupar qualquer cargo no governo estadual. "O governador do Estado do Rio de Janeiro — diz a nota — tem o ex-ministro da Previdência Social como um companheiro do PMDB, preocupado com o fortalecimento e o crescimento do partido na capital e interior fluminenses. A unidade do PMDB é, no momento, a meta comum de todas as suas lideranças, que acompanham, passo a passo, os trabalhos de votação da nova Constituição."

**Estratégia** — Para unificar o discurso do partido e fortalecer sua unidade ideológica com vistas às próximas eleições, a Executiva Regional do PDT fluminense promoveu ontem no Hotel Glória a reunião anual dos Diretórios municipais e lideranças do interior. Aos 46 representantes de Diretórios presentes — são 65 em todo o Estado, com cerca de 300 mil filiados — a Executiva propôs, como estratégia eleitoral, que o PDT lance candidatos próprios em todos os municípios, só fazendo coligações com outros partidos depois de ampla discussão interna em nível regional, através de um Conselho a ser criado.

**Blefe** — O prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone, considerou "um blefe" as ordens de pagamento distribuídas pelo ex-ministro Anibal Teixeira, às vésperas de cair, para 50 dos 68 prefeitos fluminenses. "Eu recebi uma ordem de CZ\$ 48 milhões para custear um mutirão de casas populares, doei a área na região industrial de Adrianópolis, fiz despesas com serviços de infra-estrutura urbana, mas o dinheiro não apareceu. Já fui ao Banco do Brasil três vezes e nada de crédito. O projeto prevê 10 mil casas e, numa primeira etapa, 1 mil 500 serão erguidas. Já vi que eu vou ter de comprar também o material, na base de CZ\$ 30 mil por casa, porque o social do Anibal foi miragem", disse Leone.

**Plebiscito** — A população de Eunápolis, a 700 quilômetros de Salvador, decide hoje, através de plebiscito, se quer ou não transformar-se em município, desligando-se de Porto Seguro e Santa Cruz de Cabrália, em cujas terras está situado. Eunápolis é considerado o maior povoado do mundo, com 140 mil habitantes, e arrecada 90 por cento da renda de Cabrália através da exploração da pecuária, plantações de cacau, café e cana de açúcar e comércio. Se a criação do novo município for aprovada, Eunápolis, que elegeu 12 dos 13 vereadores para a Câmara de Cabrália, terá uma área territorial de 1.330 quilômetros quadrados.